



Processo : 0804426-79.2026.8.19.0204 (2026.700.554174-8)
Classe : RECURSO INOMINADO
Assunto : Indenização por Dano Moral / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL
RECORRENTE : HUGO CARTAXO SABINO DA SILVA
RECORRENTE : FLAVIA LEANDRO
ADVOGADO : CLAUDETE CAPELLA DO VALLE
ADVOGADO : PAULO CESAR TEIXEIRA DA SILVA
RECORRIDO : VR BENEFICIOS E SERVICOS DE PROCESSAMENTO SA
RECORRIDO : VR SHOPPING SERVICOS ADMINISTRATIVOS E DE INTERMEDIACAO S.A
ADVOGADO : DR(a). VITOR MORAIS ANDRADE
RECORRIDO : SENDAS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADO : LEONARDO PLATAIS BRASIL TEIXEIRA
Relator : PALOMA ROCHA DOUAT PESSANHA
Sessão : 01/09/2026 10:00

Súmula

Acordam os Juízes que integram a Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, por unanimidade, em conhecer e negar provimento aos Embargos de Declaração interpostos pela parte. Os embargos declaratórios encontram sede legal no art. 1.022 do Código de Processo Civil, que admite sua interposição na ocorrência de obscuridade, contradição ou omissão no julgado, o que não é o caso dos autos. Frise-se, que o julgador não está obrigado a enfrentar todos os argumentos trazidos pelas partes, incumbindo-lhes solucionar a controvérsia com a indicação da fundamentação que considerou suficiente, nos termos que autoriza o artigo 46 da Lei 9099/95, *in verbis*: “O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.” Ademais, os embargos não devem servir para renovação da discussão da causa.

Presidente: KEYLA BLANK DE CNOP

Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: PALOMA ROCHA DOUAT PESSANHA, MILTON DELGADO SOARES e PAULA REGINA ADORNO COSSA.

PALOMA ROCHA DOUAT PESSANHA
Relator

